

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.brPT ganha  
uma...

Na calmaria da quinta-feira, na Câmara dos Deputados, a relatoria do projeto de desoneração da folha de salários saiu das mãos da deputada Any Ortiz (Cidadania-RS) e foi entregue à deputada Jack Rocha (PT-ES), titular da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços. Any é suplente.

...mas não  
garante vitória

Jack terá a missão de defender a posição do Planalto e não fugir um milímetro do texto. Só tem um probleminha: o PT não tem maioria para fazer valer sua vontade nessa proposta. Any não gostou de ter sido informada por terceiros.

A prioridade  
de Valdemar

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, monta os palanques do partido Brasil a fora de olho em dois objetivos para 2026: conquistar a Presidência da República e obter maioria no Senado.

## Crise sem solução

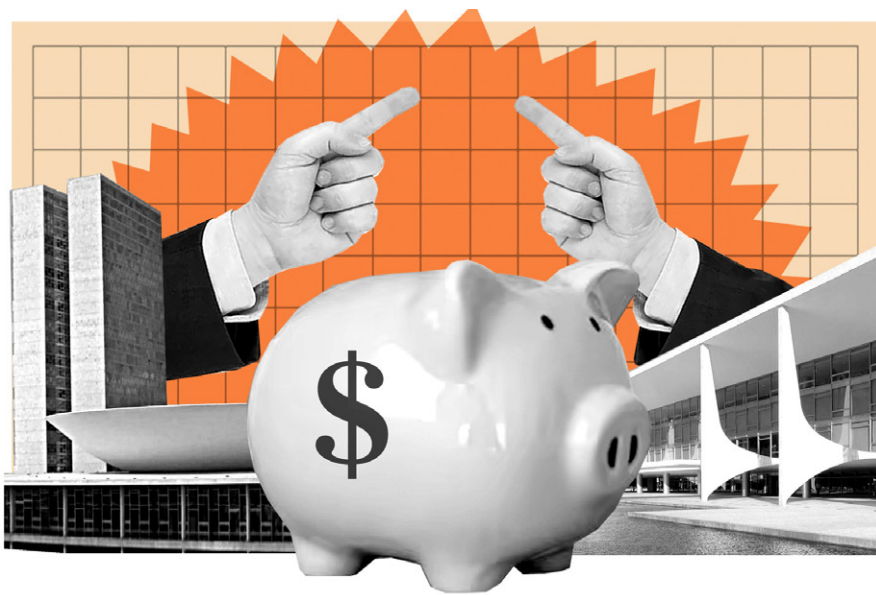
Os líderes dos partidos aliados do Palácio do Planalto fizeram as contas e concluíram que não há meios de resolver o impasse entre o Executivo e o Legislativo. Isso porque o governo tenta, a todo custo, ter controle absoluto sobre o Orçamento e suas emendas, e o Congresso, que toma conta do dinheiro desde 2015, não pretende devolver esse poder ao presidente. A portaria que trata do tema tenta, entre outras ações, colocar as emendas no “cercadinho” do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) — e é objeto de reclamação em diversos partidos.

Hoje, a liberação das emendas está dividida. Parte é encaminhada diretamente aos ministérios pela assessoria do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em comum acordo com os líderes. O outro pedaço, o dos partidos de esquerda, é

encaminhado via Secretaria de Relações Institucionais, comandada por Alexandre Padilha — que tenta tomar conta de tudo desde o início do governo.

Os parlamentares não querem voltar aos velhos tempos dos governos Lula 1 e 2, quando tudo ficava a cargo do Planalto. E o governo, por sua vez, não pretende se render a esse modelo, adotado no final do governo de Dilma Rousseff, para tirar poder do Executivo. Ninguém rompeu relações até aqui por causa do impasse, mas ninguém cedeu.

Em tempo: tem gente estudando decreto legislativo para sustar, em parte, a portaria interministerial publicada no último dia 12, que estabelece as regras para liberação das emendas, dando mais poderes a Padilha e que tenta direcionar as verbas ao PAC. Essa queda de braço não acaba tão cedo.



## CURTIDAS

**A união faz a força/** ACM Neto tem dito a amigos que pretende se lançar candidato ao governo em 2026, nem que seja apenas para ajudar algum candidato a presidente da República que seja viável para derrotar o PT. Porém, não o fará se o candidato for algum radical bolsonarista.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



**Rui sobrecarregado/** Com as dificuldades de relacionamento entre Alexandre Padilha e Arthur Lira, esses nove meses até a eleição do novo comandante no Parlamento serão de trabalho dobrado para o ministro da Casa Civil, Rui Costa (foto). Além da gestão do governo, tem que apagar incêndios.

**Tem ajuda/** Quem o tem ajudado nesse trabalho de acalmar a base é o ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Paulo Pimenta. Outro que tem muito trabalho e que passou a acumular mais essa tarefa política.

**Aniversário de Brasília/** A festa da cidade, no domingo, não terá toda a atenção dos políticos. Vão observar a capacidade de mobilização do ex-presidente Jair Bolsonaro, em ato convocado para o Rio de Janeiro.

**Dia deles/** Feliz Dia dos Povos Indígenas. Respeito e saúde a todas as nações.

## PODER

Nunes Marques suspende medidas cautelares impostas ao contraventor Rogério Andrade, um dos reis do jogo ilegal no Rio de Janeiro

Bicheiro retoma  
a vida normal

» FABIO GRECCHI

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a necessidade de o contraventor Rogério Andrade se submeter a medidas cautelares como o uso de tornozeira eletrônica e o recolhimento noturno. Patrono da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, o banqueiro de bicho foi alvo da Operação Calígula, desfechada em conjunto pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), em 2022. Ele é acusado de chefiar uma organização criminosa, que explora o jogo do bicho e os pontos de caça-níqueis em diversos bairros da capital fluminense, sobretudo, na Zona Oeste e em Jacarepaguá — territórios conhecidos por serem controlados pelas milícias.

A decisão de Nunes Marques foi proferida na terça-feira, porém somente ontem veio a público. Nos bastidores do STF, houve manifestações de mal-estar, sobretudo porque este é o terceiro despacho do ministro favorável a Rogério nos últimos dois anos. Em agosto de 2022, o magistrado suspendeu um mandado de prisão contra o banqueiro de bicho e, em junho de 2023, tomou uma decisão semelhante em relação ao filho do contraventor, Gustavo.

## Dinastia

Rogério descende de uma longa dinastia de banqueiros de bicho cariocas. É sobrinho de Castor de Andrade, morto em 1997 e antigo patrono da Mocidade Independente, e sobrinho neto de Euzébio de Andrade, que controlava os pontos de jogo em Bangu,

na Zona Oeste do Rio de Janeiro — além de ter sido mecenas do Bangu Atlético Clube, assumindo o posto que fora do empresário Guilherme da Silveira, dono da então poderosa Fábrica Bangu de Tecidos.

O filho de Castor, Paulinho Andrade, era apontado como sucessor natural no comando da dinastia, mas foi assassinado aproximadamente um ano depois da morte do pai. Rogério respondeu como mandante, porém nada foi encontrado que o ligasse ao crime. Hoje, trava uma disputa sangrenta contra o também banqueiro Bernardo Bello, que está foragido da Justiça — os dois brigam por pontos de bicho, de caça-níqueis e de agiotagem, além de instalações de cassinos ilegais.

Rogério ficou preso alguns meses, em 2022, mas foi solto no fim daquele ano por força de

Nelson Jr./JSCO/STF



Nunes Marques dera, anteriormente, decisões favoráveis a Rogério, uma delas relativa ao filho do contraventor

um habeas corpus concedido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Desde então, era monitorado por tornozeira eletrônica e obrigado a retornar à casa em que mora antes das 18h.

O banqueiro de bicho acionou o STF depois de o STJ negar uma decisão semelhante à deferida por Nunes Marques, em

novembro de 2023. Rogério vinha tentando, desde o carnaval deste ano, a liberação pela Justiça para assistir ao desfile das escolas de samba na Marquês de Sapucaí. Isso porque sua mulher, a influenciadora Fabíola Andrade, foi rainha da bateria da Mocidade Independente.

A defesa de Rogério alegava

que as cautelares duravam muito tempo e que não mais havia a necessidade de mantê-las, uma vez que o bicheiro cumpria todas as determinações judiciais. Mesmo assim, ele teria se encontrado com policiais militares, há poucas semanas, para contratá-los para o grupo que faz sua segurança. (Com Agência Estado)

Reprodução/Facebook



Camargo foi acusado de perseguir funcionários da fundação

## CGU veta ex-Palmares por oito anos

» MAYARA SOUTO

A Controladoria-Geral da União (CGU) puniu o ex-presidente da Fundação Cultural Palmares, Sergio Nascimento de Camargo, com a inelegibilidade por oito anos para ocupar cargos públicos. Ele respondia a uma investigação por assédio moral, cometido durante o tempo em que esteve à frente da instituição, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Camargo se apresentava como “evangélico, negro de direita,

antivitimista, patriota”, segundo descrição de seu perfil em rede social. É filiado ao PL, de Bolsonaro, e em 2022 foi candidato do partido a deputado federal por São Paulo, mas teve desempenho pífio nas urnas — obteve pouco mais de 13 mil votos.

As investigações sobre o comportamento de Camargo começaram depois do recebimento de denúncias pelo Ministério Público do Trabalho. Segundo o MPT, foram ouvidas 16 pessoas, entre ex-funcionários, servidores públicos

concursados, comissionados e empregados terceirizados. O procurador Paulo Neto, autor da ação civil pública, concluiu que havia perseguição político-ideológica, discriminação e tratamento desrespeitoso por parte do ex-presidente da Palmares.

De acordo com o MPT, Camargo perseguia trabalhadores que classificava como “esquerdistas”, promovendo um “clima de terror psicológico” dentro da fundação. Também monitorava as redes sociais dos funcionários

e associava “tipo de cabelo com aparência típica de esquerdista”.

O processo chegou a ser avaliado pelo Supremo Tribunal Federal, em 2022. Mas o STF entendeu que era tarefa da “Justiça comum o julgamento de causas instauradas entre o poder público e servidor a ele vinculado por relação jurídico-administrativa, não cabendo à Justiça trabalhista sequer discutir a legalidade da relação administrativa”. O processo encontra-se em segredo de Justiça.

Camargo não quis se manifestar a decisão da CGU.